

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA - MG

Termo de Referência 91/2026

Informações Básicas

Número do artefato UASG Editado por Atualizado em
91/2026 984767-PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA - MG RAFAELA PIRES DE OLIVEIRA 28/05/2026 11:11 (v 0.5)
Status
DISPONIBILIZADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		PRC 89/2026

1. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

ANEXO ITERMO DE REFERÊNCIA – TRPE 031/2026 PRC 089/2026

Requisição	Secretaria requisitante: Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Responsável pela demanda: <i>Luiz Henrique Gesualdi</i>	
E-mail: meioambienteleopoldina@gmail.com	Telefone: (32) 3449-6282

1	OBJETO
1.1. O objeto deste Termo de Referência é a abertura de PROCESSO LICITATÓRIO , na forma de PREGÃO ELETRÔNICO , para aquisição de Bens e Equipamentos	

Permanentes, destinados a atender às necessidades dos Projetos Sala Verde e Tela Verde da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

1.2. O Contratante declara que o objeto desta contratação não se enquadra na definição de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 5.085/22.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

1.4. Foi observado nesse processo o princípio da segregação de função.

1.5. A licitação será por itens, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Catmat	Unid	Quant	Prazo do contrato	Prorrogação (s/n)
1	Caixa de som portátil 250W; bivolt , bluetooth 4.40-componentes adicionais, 02 x USB, 02 Microfones sem fio e 01 aux in.	601775	UN	01	31/12/2026	N
2	Projektor Multimídia; (resolução nativa mínima WXGA(1280 x 800), Brilho Mínimo:4000 lúmens ANSI), contraste mínimo de 20.000: 1, no mínimo 02 entradas HDMI, alto falante embutido, alimentação bivolt e peso aproximado de até 2,5 kg, visando facilitar o transporte entre unidades e locais de apresentação.	603956	UN	01	31/12/2026	N

	<i>Características Adicionais:</i> <i>Conexão: HDMI, USB, Wi-Fi;</i> <i>Luminosidade Mínima: 4.000 LM.</i>					
3	<p>Tela de projeção retrátil, com tripé, tamanho mínimo de 100 polegadas, área aproximada de projeção de 2,03 m x 1,52 m, adequada para uso móvel e montagens temporárias em ambientes diversos.</p> <p>Referência de mercado: BetecBT4560 ou equivalente superior.</p>	617350	UN	01	31/12/2026	N
4	<p>Carteira escolar tipo universitária para pessoas destros.</p> <p>Modelo: cadeira universitária plástica;</p> <p>Medidas aproximadas:</p> <p>altura (cm): 79; largura (cm): 48; profundidade: 37 cm; peso suportado (kg): 110; estrutura: de aço reforçado; em polipropileno na cor verde, estrutura em aço reforçado, modelo isso, prancheta em</p>	482947	UN	25	31/12/2026	N

	mdf cor branco. itens incluso: 01 assento e encosto; 01 estrutura de aço; 01 prancheta em mdf cor branco; 01 kit de montagem;					
5	Carteira escolar tipo universitária para pessoas canhotas. Modelo: cadeira universitária plástica; Medidas Aproximadas: altura (cm): 79; largura (cm): 48; profundidade: 37 cm; peso suportado (kg): 110; estrutura: de aço reforçado; em polipropileno na cor verde, estrutura em aço reforçado, modelo isso, prancheta em mdf cor branco. itens incluso: 01 assento e encosto; 01 estrutura de aço; 01 prancheta em mdf cor branco; 01 kit de montagem;	482947	UN	05	31/12/2026	N
6	Conjunto de mesa e cadeira para professor. Conjunto composto por uma mesa e uma cadeira. Mesa com tampo em MDP ou MDF,	633008	CJ	01	31/12/2026	N

revestido na face superior de laminado melamínico de alta pressão e na face inferior com chapa de balanceamento, painel frontal em MDP ou MDF, revestido nas duas faces em laminado melamínico de baixa pressão (BP), montado sobre estrutura tubular de aço.

- Cadeira empilhável, com assento e encosto em polipropileno injetado ou em compensado anatômico moldado, montados sobre estrutura tubular de aço.

Medids Aproximadas:

- Largura: 1200 mm;
- Profundidade: 650 mm;
- Altura: 760 mm;
- Espessura: 19,4 mm;

Medidas Aproximadas da cadeira

- Largura do assento: 400 mm;
- Profundidade do assento: 430 mm;
- Espessura do assento: 9,7 mm a 12mm;

	<ul style="list-style-type: none"> • Largura do encosto: 396 mm; • Altura do encosto: 198 mm; • Espessura do encosto: 9,6 mm a 12,1 mm; • Altura do assento ao chão: 460 mm; <p>CARACTERÍSTICAS DA CADEIRA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assento e encosto em polipropileno injetados na cor verde. <p>Em conformidade com os requisitos das normas: ABNT NBR 14006 – Móveis escolares –</p>					
7	<p>Quadro Branco. Medindo 2,50 m x 1,20 m. Em chapa de madeira vitrificada branca de no mínimo 3 mm. Acabamento com moldura de alumínio natural com suporte para apagador deslizante de no mínimo 30 cm.</p>	383327	UN	01	31/12/2026	N
8	Mesa adaptada para cadeirante. Feita em	630175	UN	01	31/12/2026	N

<p> aço tubular e tampo de MDF para cadeira de rodas adulto em aço tubular e tampo de mdf para cadeira de rodas adulto 80x80 CM; Medidas Aproximadas: Comprimento: 80 cm Largura: 80 cm Capacidade em peso: 50 kg Profundidade: 45 cm Altura: 80 cm </p>						

- **As empresas deverão apresentar folders/catálogos dos produtos ofertados.**

2- JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO
<p>2.1. A contratação se justifica em virtude da necessidade de equipar a sede da Secretaria de Meio Ambiente para atender ao público do Projeto Salas Verdes e do Circuito Tela Verde, além de reuniões do CODEMA e demais encontros direcionados às questões ambientais.</p> <p>2.2. O Projeto Salas Verdes tem como objetivo incentivar a implantação de Salas Verdes para atuarem como centros de informação e formação ambiental, em consonância com as diretrizes prioritárias do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e os princípios da Política Nacional da Educação Ambiental (PNEA).</p>

2.3. O Circuito Tela Verde (CTV) tem por objetivos selecionar e reunir vídeos com conteúdo relacionado à temática ambiental para compor a Mostra Nacional de Produção Audiovisual Independente. Esta, por sua vez, pretende divulgar, estimular e promover atividades de educação ambiental por meio da linguagem audiovisual em parceria com espaços exibidores.

3- SOLUÇÃO

3.1 A solução encontrada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente para suprir a demanda de materiais de bens comuns e equipamentos permanentes, foi a realização de PROCESSO LICITATÓRIO, na modalidade de Pregão Eletrônico para aquisição dos equipamentos para montagem dos Projetos Salas Verdes e Circuito Tela Verde, junto à Secretaria de Meio Ambiente, visando atender à população - crianças, jovens e adultos em ações de educação ambiental.

4- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A futura contratada deverá apresentar os seguintes documentos:

4.1.1. Aqueles indicados nos arts. 68 da Lei nº 14.133/21.

Art. 68. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

- I. A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- II. A inscrição no Cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

- III. A regularidade perante a Fazenda Federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- IV. A regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- V. A regularidade perante a justiça do Trabalho;
- VI. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

§ 1º Os documentos referidos nos incisos do caput deste artigo poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade.

I- contrato ou estatuto social atualizado;

II- documento de identidade do sócio administrador e procurador, se houver, com a procuração respectiva;

III- prova da inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme o art. 125 do Decreto Municipal nº 5.570/25;

IV- as declarações do art.124 do Decreto Municipal nº 5.570/25, pois também se relacionam com situações em que é vedada a contratação com a administração pública municipal; (no caso de contratação de pessoa física, excluir as declarações que não se aplicam a essa categoria)

V- CND federal;

VI- Certidão negativa de falência. (ou outra forma de comprovação da qualificação econômica, conforme o caso, de acordo com o art. 69 da Lei de licitações, a depender da complexidade do objeto.)

4.1.2. Para fins de qualificação técnica, a futura contratada deverá apresentar atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa forneça ou tenha fornecido, a contento, itens de mesma natureza do objeto desta contratação

4.1.3. A qualificação Econômico-financeira será demonstrada através da apresentação Certidão Negativa de Feitos Sobre Falência, expedida pelo distribuidor da sede do Licitante.

4.1.4. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.]

4.1.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.1.6. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), exceto se inferior ao prazo de garantia oferecido pelo fabricante /proponente.

4.1.6.1 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

4.1.6.2. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

4.1.6.3 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

4.1.6.4. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

4.1.6.5. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

4.1.6.6. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

4.1.6.7. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

4.1.6.8. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

4.1.6.9. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

4.1.6.10. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

4.1.7. Critérios de Sustentabilidade

Em observância ao disposto no Decreto nº 5.570/25, esta contratação deverá observar **critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica**, compatíveis com o objeto e as condições de execução contratual, de modo a promover o desenvolvimento nacional sustentável.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A entrega dos **produtos** deverá ser feita na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, localizada à Rua Presidente Carlos Luz, nº 699, 2º andar, Sala 201, Edifício Dona Luzia, Centro, Leopoldina/MG, CEP: 36700-952. Telefones: (32) 3449-6282/98407-8333. De segunda a sexta-feira, das 9 às 17 horas.

5.2. O prazo de entrega do produto é de até 30 (trinta) dias, contados da emissão da Ordem de Fornecimento, em remessa única, ou seja, o contratado deverá entregar o quantitativo total apresentado na Ordem de Fornecimento.

5.3. No ato da entrega, um funcionário do Setor responsável pelo recebimento do produto irá conferir a entrega, dando recibo na Nota Fiscal.

5.3.1 Os produtos deverão ser novos, entregues devidamente, acondicionados e transportados com segurança e sob a responsabilidade da Contratada. O Contratante recusará os produtos/serviços que forem entregues/prestados em desconformidade com este Termo de Referência;

5.4. O Município reserva o direito de não receber os bens/serviços contratados com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes neste Termo, podendo aplicar as sanções cabíveis.

5.5. Nos valores propostos pelos fornecedores deverão estar inclusos todos os custos logísticos, operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

5.6. A proposta comercial terá validade de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua entrega;

5.7. Os produtos/serviços ofertados devem estar em acordo com as especificações do objeto.

5.8. A futura contratada deverá comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5.9. A futura contratada deverá providenciar, imediatamente, a correção das deficiências apontadas pelo gestor e ou fiscal com respeito à execução do objeto;

5.10. A futura contratada deverá responsabilizar-se pela qualidade dos produtos/serviços entregues, e pela averiguação do prazo de validade, substituindo aqueles que apresentarem qualquer tipo de vício ou imperfeição, ou não se adequarem às especificações constantes deste Termo de Referência, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual, sem qualquer custo adicional para o Município;

5.11. A futura contratada deverá dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução do Contrato durante toda a sua vigência a pedido do Município;

5.12. A futura contratada deverá executar o contrato responsabilizando-se pela perfeição técnica dos produtos entregues;

5.13. A futura contratada deverá cumprir os prazos previstos no contrato ou outros que venham a ser fixados pelo Município.

6. VIGÊNCIA DO OBJETO

6.1. O prazo de vigência do contrato será até 31 de dezembro de 2026, contados a partir da data publicação no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP).

6.2. Prazo de Entrega/ Execução: Até 30 (trinta) dias após a expedição da nota de empenho.

7. GESTÃO DO CONTRATO

7.1. Observado o disposto na legislação, a gestão do contrato será realizada por.

Érika Pereira Bedim.

7.1.1. As atribuições do gestor do contrato são aquelas previstas no art. 20 do Decreto Municipal nº 5.190/23.

7.2. A fiscalização do contrato será exercida por Lucília Baía Meneghite.

7.3. O Fiscal do Contrato será responsável pelo acompanhamento da execução contratual, desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo, com autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação, controle e fiscalização;

7.4. O fiscal de contrato comunicará à contratada, por escrito, preferencialmente via e-mail, as deficiências porventura verificadas na execução dos serviços, para a imediata correção, sem prejuízo das sanções cabíveis;

7.5. Compete ao Fiscal desempenhar as atribuições previstas no art. 21 do Decreto Municipal nº 5.190/23.

7.6. A presença da Fiscalização não elide nem diminui a responsabilidade da Contratada.

7.7. O Município reserva o direito de não receber os bens contratados com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes neste Termo, podendo aplicar as sanções cabíveis;

7.8. Os produtos deverão ser novos, entregues devidamente embalados, acondicionados e transportados com segurança e sob a responsabilidade da Contratada. O Contratante recusará os produtos que forem entregues em desconformidade com este Termo de Referência;

7.9. Nos valores propostos pelos fornecedores deverão estar inclusos todos os custos logísticos, operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento decorrente da concretização do objeto licitado será efetuado pela Tesouraria, em parcela única, conforme nota fiscal/fatura, em até 30 (trinta) dias úteis após o recebimento definitivo;

8.2. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela Contratada em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal;

8.3. O gestor e/ou a Contabilidade, identificando qualquer divergência na nota

fiscal/fatura, deverá devolvê-la à Contratada para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado acima será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício;

8.4. O pagamento devido pelo Município será efetuado por meio de depósito em conta bancária a ser informada pela Contratada ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes;

8.5. Os pagamentos ao contratado somente serão realizados mediante a efetiva prestação dos serviços e/ou entrega dos produtos, nas condições estabelecidas, o que será comprovado por meio de atestação em documento correspondente, emitida pelo gestor de contrato do Município;

8.6. Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a Contratada dará ao Município plena, geral e irretratável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma;

8.7. Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da Contratada.

9. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. O futuro contratado será selecionado através de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de menor preço por item, observadas as especificações e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital do Certame e seus anexos.

9.2. Não será permitida a participação de Consórcios. A ausência dos consórcios não importará prejuízo ao certame visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital, o que não se aplica ao presente caso.

9.3 Será admitida nesta licitação a participação de Cooperativas que preencham os requisitos do art. 16 da Lei nº 14.133/21.

9.4 A presente licitação é de participação exclusivas das Microempresas, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedores individuais definidas na referida Lei. Não será admitida nesta licitação a participação das empresas que não se enquadrem como ME ou EPP ou MEI, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 incluindo as alterações da Lei Complementar nº 147/2014, ou que nessa condição estejam incluídas em alguma das excludentes hipóteses do § 4º do art. 3º da mencionada Lei Complementar.

10. estimativas do valor da contratação

10.1- Metodologia

Na forma do art. 23, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, o valor estimado da contratação é o descrito na tabela abaixo, referente à média obtida por meio de pesquisa em contratações públicas anteriores, conforme documentos anexos.

Item	Fonte	Unid.	QDE	p. Médio	Total
1	Pedido de Empenho: 01295/26- Processo Licitatório 257/25- Pregão Eletrônico nº.: 116/2025;	UN	1	358,50	358,50
1	site: paineldeprecos.planejamento. gov.br- Consulta do dia 03/10 /2025 às 14: 38;	UN	1	358,50	358,50
1	Ata de Registro de Preços nº. 10 /2025- Justiça eleitoral- Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas;	UN	1	358,50	358,50
2		UN	1	4.383,40	4.383,40

	Contrato nº. 05.25.09.09.001-Secretaria municipal de Saúde-Município de Maranguape-Ceará;				
2	Ata de Registro de Preços nº. 104 /2025- Ministério Público do Estado de Minas Gerais;	UN	1	4.383,40	4.383,40
2	Nota de Empenho Ordinário nº 3326- Pedido nº. 500- Prefeitura Municipal de Aruja;	UN	1	4.383,40	4.383,40
3	Ata de Registro de Preços nº. 104 /2025- Ministério Público do Estado de Minas Gerais;	UN	1	583,44	583,44
3	Contrato nº. 91/2026- Prefeitura Municipal de Maricá- RJ;	UN	1	583,44	583,44
3	Nota de Empenho nº. 2026.4062.043.00014- SIAFIC- Estado de Goiás;	UN	1	583,44	583,44
4	Ata de Registro de Preços nº. 016 /2025- Pregão Eletrônico nº. 014 /2025- Prefeitura Municipal de Loreto- MA;	UN	25	232,66	5.816,50
4	Contrato nº. 077/2025- Prefeitura Municipal de Cassilândia-MS;	UN	25	232,66	5.816,50
4	Ata de Registro de Preços nº. 092 /2025- Pregão Eletrônico nº. 32 /2025- Município de Monte Carmelo- MG;	UN	25	232,66	5.816,50
5	Ata de Registro de Preços nº. 016 /2025- Pregão Eletrônico nº. 014	UN	5	232,66	1.163,30

	/2025- Prefeitura Municipal de Loreto- MA;				
5	Contrato nº. 077/2025- Prefeitura Municipal de Cassilândia-MS;	UN	5	232,66	1.163,30
5	Ata de Registro de Preços nº. 092 /2025- Pregão Eletrônico nº. 32 /2025- Município de Monte Carmelo- MG;	UN	5	232,66	1.163,30
6	Ata de Registro de Preços nº. 033 /SME/2025- Processo Eletrônico nº. 6016.2026/0019384-8- Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura do Município de São Paulo- SP; a.	CJ	1	360,66	360,66
6	Ata de Registro de Preços nº. 2025 /11.27.011- Pregão Eletrônico nº. 049/2025-SRP- Prefeitura Municipal de Parnamirim- PE; b.	CJ	1	360,66	360,66
6	Ata de Registro de Preços nº. 130 /2026- Processo Licitatório nº. 598 /2025- Pregão Eletrônico nº. 000025/2025- Prefeitura Municipal de Irupi- ES; c.	CJ	1	360,66	360,66
7	Ata de Registro de Preços nº. 052 /2025- Processo Licitatório nº. 057 /2025- Pregão Eletrônico nº.008 /2025- Prefeitura de Vespasiano- MG; d.	UN	1	460,33	460,33
7		UN	1	460,33	460,33

	Ata de Registro de Preços nº. 011/2026- Processo Licitatório nº. 127/2025- Pregão Eletrônico nº.004/2026- Prefeitura Municipal de Corguinho- MS; a.				
7	Ata de Registro de Preços nº. 0143/2025- Processo Licitatório nº. 51/2025- Pregão Eletrônico nº. 23/2025- Município de Guarapuava-Paraná; e.	UN	1	460,33	460,33
8	Ata de Registro de Preços nº. 092/2025- Pregão Eletrônico nº. 32/2025- Município de Monte Carmelo- MG;	UN	1	588,00	588,00
8	Ata de Registro de Preços nº. 23/SME/2025- Processo Eletrônico nº. 6016.2024/0070969-7- Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura do Município de São Paulo- SP; f.	UN	1	588,00	588,00
8	Contrato nº. 10222/2025- Universidade Estadual do Paraná- UNESPAR;	UN	1	588,00	588,00
TOTAL					R\$13.714,13

10.5. Matriz de Risco

Considerando que a presente contratação se trata de aquisição de bem para pronta entrega, o qual, além de comum, ostenta baixa complexidade e valor, a análise pormenorizada dos riscos

revela-se incompatível com a natureza do objeto, razão pela qual dispensa-se a elaboração de matriz de risco, nos termos do art. 22, caput, e § 3º, da Lei nº 14.133/21, e conforme art. 150, § 4º, inciso I, do Decreto Municipal nº 5.180/23. O ônus financeiro decorrente da revisão do valor contratado para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, na forma do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/21, poderá ser suportado pelo CONTRATANTE em caso de elevação extraordinária dos custos, e pelo CONTRATADO em caso de redução, observadas as diretrizes dos arts. 172 e ss. do Decreto Municipal nº 5.180/23.

11. Adequação orçamentária
A dotação orçamentária que suportará o custo da aquisição é a seguinte: Ficha 1235 Manutenção Ativ. Da Sec. De Meio Ambiente, dotação: 021900.18.122.0001.2022.0000.1.1.90.52

Leopoldina/MG, dia 20 de maio de 2026.

Lucília Baía Meneghite

Oficial de Apoio Administrativo

ANEXO I

TERMO DE DESIGNAÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO

OBJETO: Aquisição de Bens e Equipamentos Permanentes, destinados a atender às necessidades do Projeto Salas Verdes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Circuito tela Verde.

1. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo é firmado com fundamento:

- Nos arts. 7º e 117 da Lei nº 14.133/2021;
- no art. 8º e arts. 19 a 23 do Decreto Municipal nº 5.190/2023.

A designação observa o princípio da segregação de funções (art. 12 do Decreto nº 5.190/2023), bem como os requisitos previstos no art. 10 do referido Decreto.

2. DA SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES

Em observância ao art. 7º da Lei nº 14.133/2021, as funções de gestor e fiscal do contrato serão exercidas por agentes distintos, vedada a acumulação de atribuições que comprometa a independência da fiscalização, salvo justificativa formal nos autos.

3. DO GESTOR DO CONTRATO

Fica designado(a) como **GESTOR(A) DO CONTRATO:**

Nome: Érica Pereira Bedim

Matrícula: 5127

Cargo: Superintendente de Gestão Ambiental

Unidade/Secretaria: Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Compete ao gestor, nos termos do art. 20 do Decreto nº 5.190/2023:

I – coordenar as atividades de fiscalização técnica e administrativa;

II – acompanhar registros e ocorrências contratuais;

III – supervisionar manutenção das condições de habilitação;

IV – coordenar atos preparatórios para aditivos, reajustes, repactuações e reequilíbrio;

V – emitir relatório final de execução contratual;

VI – realizar o recebimento definitivo do objeto;

VII – instaurar processo de responsabilização, quando cabível;

VIII – manter atualizado o histórico de gerenciamento do contrato.

4. DO FISCAL DO CONTRATO

Fica designado(a) como **FISCAL DO CONTRATO**:

Nome: Lucília Baía Meneghite

Matrícula: 6081

Cargo: Oficial de Apoio Administrativo

Unidade/Secretaria: Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Compete ao fiscal:

Fiscalização Técnica (art. 21):

- acompanhar a execução do objeto;
- registrar ocorrências;
- emitir notificações;
- realizar o recebimento provisório;
- atestar notas fiscais para fins de pagamento;

Fiscalização Administrativa (art. 22):

- verificar regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;
- acompanhar garantias e prazos;
- apoiar controle de empenho e pagamento;
- comunicar inadimplementos ao gestor.

5. DO APOIO À FISCALIZAÇÃO

Nos termos do §1º do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, o fiscal poderá ser auxiliado por terceiros ou por comissão de apoio, formalmente designados pela autoridade competente, quando a complexidade do objeto assim exigir.

6. DA SUBSTITUIÇÃO

Nos termos do art. 8º do Decreto nº 5.190/2023, nos casos de afastamento, impedimento legal ou desligamento do gestor ou do fiscal, suas atribuições serão exercidas por servidor formalmente indicado pela autoridade competente.

Na hipótese de ausência de designação, aplicam-se as disposições do §6º do art. 8º do referido Decreto.

7. DA CAPACITAÇÃO E RESPONSABILIDADE

Os servidores designados deverão possuir capacidade técnica compatível com o objeto contratado.

A Administração promoverá, sempre que possível, capacitação específica para o adequado exercício das funções.

A omissão injustificada, a atuação negligente ou a conivência com irregularidades poderá ensejar responsabilização administrativa, civil e penal, nos termos da legislação vigente.

8. DA VIGÊNCIA DA DESIGNAÇÃO

A presente designação vigorará enquanto perdurar a vigência do contrato ou até sua substituição formal.

TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE

Declaro que recebi ciência formal da minha designação, bem como:

- que preencho os requisitos do art. 10 do Decreto nº 5.190/2023;
- que não incorro em conflito de interesses;
- que estou ciente da impossibilidade de recusa injustificada do encargo (art. 11);
- que exercerei minhas atribuições com observância da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 5.190/2023;
- que, caso quaisquer uma das condições acima venham a mudar e implicar na impossibilidade de atendimento aos parâmetros pré-estabelecidos, comunicarei à autoridade competente para a tomada das providências cabíveis.

Leopoldina/MG, 28 de abril de 2026.

Secretário Municipal de Meio Ambiente

Érica Pereira Bedim

Gestora designada

Lucília Baía Meneghite

Fiscal designada

2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: A responsabilidade atestada refere-se única e exclusivamente à transcrição das informações para o sistema digital, permanecendo o conteúdo sob responsabilidade dos servidores autores.

RAFAELA PIRES DE OLIVEIRA

OFICIAL DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS



Assinou eletronicamente em 28/05/2026 às 11:11:25.